

Veículo: Site Secom	
Data: 09/05/2019	Caderno: Fazenda

Governo

09/05/2019 18:10

Governadores do Nordeste entregam carta e cobram respostas da União

O governador da Bahia em exercício, João Leão, e os outros oito governadores do Nordeste se reuniram com o presidente da República, Jair Bolsonaro, no Palácio do Planalto, nesta quinta-feira (9). O grupo entregou uma segunda carta regional, em busca de ações federais na área de educação e da retomada de obras.

Um dos pontos do documento é a manutenção do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que hoje, nas palavras dos governadores, se acabar, trava a educação em todo país. O fundo, conforme as regras em vigor, se encerra neste ano.

Além da manutenção e expansão do Fundeb, os gestores do Nordeste querem que a União equacione a dívida com os Estados provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef) e cobram a revisão do corte no orçamento das universidades e institutos federais.

Os governadores pedem ainda a retomada de obras rodoviárias, obras hídricas e habitacionais. Pelo texto, a ação impulsionará "o crescimento econômico e a geração de empregos".

Plano Fiscal

Os chefes do executivo nos estados também conversaram sobre o Plano Mansueto, que o governo federal promete lançar nos próximos dias. Com esse plano de recuperação fiscal, a expectativa é que os estados sejam liberados para tomar financiamento nacional e internacional, o que, no caso da Bahia, com histórica comprovação de ente bom pagador, potencializará novas obras estaduais.

De acordo com João Leão, o Planalto sinalizou que analisará as demandas e que espera atender nos moldes do pleito dos governadores. "A rápida efetivação do Plano Mansueto ajudará a Bahia a reforçar os investimentos e dar um respiro na questão fiscal", disse o governador em exercício.

O ministro da Casa Civil, Ônix Lorenzoni, o ministro da Economia, Paulo Guedes, o ministro da Secretaria de Governo, general Santos Cruz, e o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, também participaram da agenda. João Leão estava acompanhado pelo secretário estadual da Fazenda, Manoel Vitorio.

Veículo: Bahia Já	
Data: 09/05/2019	Coluna: Política

POLÍTICA

Governadores do Nordeste entregam carta e cobram respostas da União

O grupo entregou uma segunda carta regional em busca de ações federais na área de educação e da retomada de obra

Comunicação Governo da Bahia , Salvador | 09/05/2019 às 18:33



Governadores do Nordeste entregam carta e cobram respostas da União

Foto: Carolina Antunes

O governador da Bahia em exercício, João Leão, e os outros oito governadores do Nordeste se reuniram com o presidente da República, Jair Bolsonaro, no Palácio do Planalto, nesta quinta-feira (9). O grupo entregou uma segunda carta regional, em busca de ações federais na área de educação e da retomada de obras.

Um dos pontos do documento é a manutenção do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que hoje, nas palavras dos governadores, se acabar, trava a educação em todo país. O fundo, conforme as regras em vigor se encerra neste ano.

Além da manutenção e expansão do Fundeb, os gestores do Nordeste querem que a União equacione a dívida com os Estados provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef) e cobram a revisão do corte no orçamento das universidades e institutos federais.

Os governadores pedem ainda a retomada de obras rodoviárias, obras hídricas e habitacionais. Pelo texto, a ação impulsionará "o crescimento econômico e a geração de empregos".

Plano Fiscal

Os chefes do executivo nos estados também conversaram sobre o Plano Mansueto, que o governo federal promete lançar nos próximos dias. Com esse plano

de recuperação fiscal, a expectativa é que os estados sejam liberados para tomar financiamento nacional e internacional, o que, no caso da Bahia, com histórica comprovação de ente bom pagador, potencializará novas obras estaduais.

De acordo com João Leão, o Planalto sinalizou que analisará as demandas e que espera atender nos moldes do pleito dos governadores. “A rápida efetivação do Plano Mansueto ajudará a Bahia a reforçar os investimentos e dar um respiro na questão fiscal”, disse o governador em exercício.

O ministro da Casa Civil, Ônix Lorenzoni, o ministro da Economia, Paulo Guedes, o ministro da Secretaria de Governo, general Santos Cruz, e o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, também participaram da agenda. João Leão estava acompanhado pelo **secretário estadual da Fazenda, Manoel Vitória.**

Veículo: A Tarde	Caderno: Economia & Negócios
Data: 10/05/2019	Página: B3

REIVINDICAÇÃO

Governadores do Nordeste cobram obras e fundos básicos

DA REDAÇÃO

O governador da Bahia em exercício, João Leão, e os outros oito governadores do Nordeste se reuniram, ontem, com o presidente da República, Jair Bolsonaro, no Palácio do Planalto. O grupo entregou uma segunda carta regional, em busca de ações federais na área de educação e da retomada de obras de infraestrutura.

Um dos pontos do documento é a manutenção do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que hoje, nas palavras dos governadores, se acabar, trava a educação em todo o País. O fundo, conforme as regras em vigor, se encerra neste ano.

Revisão de cortes

Os gestores do Nordeste querem ainda que a União equacione a dívida com os estados provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef) e cobram a revisão do corte no orçamento das universidades e institutos federais. Eles pediram ainda obras rodoviárias, hídras e habitacionais.

Tribuna

Governadores do Nordeste cobram respostas da União



JOÃO LEÃO e os outros oito governadores do Nordeste se reuniram com o presidente da República, Jair Bolsonaro, no Palácio do Planalto, ontem

DA REDAÇÃO

O governador da Bahia em exercício, João Leão, e os outros oito governadores do Nordeste se reuniram com o presidente da República, Jair Bolsonaro, no Palácio do Planalto, ontem. O grupo entregou uma segunda carta regional, em busca de ações federais na área de educação e da retomada de obras. Um dos pontos do documento é a manutenção do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que hoje, nas palavras dos governadores, se acaba, trava a educação em todo país. O fundo, conforme as regras em vigor, se encerra neste ano.

Além da manutenção e

expansão do Fundeb, os gestores do Nordeste querem que a União equacione a dívida com os Estados provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef) e cobram a revisão do corte no orçamento das universidades e institutos federais.

Os governadores pedem ainda a retomada de obras rodoviárias, obras hidricas e habitacionais. Pelo texto, a ação impulsionará "o crescimento econômico e a geração de empregos".

Os chefes do executivo nos estados também conversaram sobre o Plano Mansueto, que o governo federal promete lançar nos próximos dias. Com esse plano de recuperação fiscal, a expectativa é que os estados sejam liberados para

tomar financiamento nacional e internacional, o que, no caso da Bahia, com histórica comprovação de ente bom pagador, potencializará novas obras estaduais. De acordo com João Leão, o Planalto sinalizou que analisará as demandas e que espera atender nos moldes do pleito dos governadores. "A rápida efetivação do Plano Mansueto ajudará a

Bahia a reforçar os investimentos e dar um respiro na questão fiscal", disse o governador em exercício.

O ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, o ministro da Economia, Paulo Guedes, o ministro da Secretaria de Governo, general Santos Cruz, e o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, também participaram da agenda.

ANUNCIE NA TRIBUNA



Tribuna.publicidade@terra.com.br



(71) 3321-2161 | 3322-6377

Tribuna
da Bahia

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 09/05/2019	Coluna: Economia



GOVERNADORES DO NORDESTE ENTREGAM CARTA E COBRAM RESPOSTAS DA UNIÃO



9 Maio, 2019 - 19:06

O governador da Bahia em exercício, João Leão, e os outros oito governadores do Nordeste se reuniram com o presidente da República, Jair Bolsonaro, no Palácio do Planalto, nesta quinta-feira (9). O grupo entregou uma segunda carta regional, em busca de ações federais na área de educação e da retomada de obras.

Um dos pontos do documento é a manutenção do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Os gestores também querem que a União equacione a dívida com os Estados provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef) e cobram a revisão do corte no orçamento das universidades e institutos federais, além da retomada de obras rodoviárias, obras hídricas e habitacionais.

Plano Fiscal

Os chefes do executivo nos estados também conversaram sobre o Plano Mansueto, que o governo federal promete lançar nos próximos dias. Com esse plano de recuperação fiscal, a expectativa é que os estados sejam liberados para tomar financiamento nacional e internacional, o que, no caso da Bahia, com histórica comprovação de ente bom pagador, potencializará novas obras estaduais.

De acordo com João Leão, o Planalto sinalizou que analisará as demandas e que espera atender nos moldes do pleito dos governadores. “A rápida efetivação do Plano Mansueto ajudará a Bahia a reforçar os investimentos e dar um respiro na questão fiscal”, disse o governador em exercício.

Veículo: Metro1	
Data: 09/05/2019	Caderno: Política



Política

Em carta, governadores do Nordeste cobram respostas da União

Governador da Bahia em exercício, João Leão (PP) esteve presente no encontro



Foto: Carolina Antunes/PR

Por **Matheus Simoni** no dia 09 de Maio de 2019 · 18:40

Nove governadores nordestinos entregaram uma carta após uma reunião com o presidente da República, Jair Bolsonaro, no Palácio do Planalto, hoje (9), onde cobram ações federais na área de educação e da retomada de obras. O governador da Bahia em exercício, João Leão (PP), esteve presente no encontro. Um dos pontos do documento é a manutenção do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que hoje, nas palavras dos governadores, se acabar, trava a educação em todo país. Conforme as regras em vigor, o fundo tem previsão de ser encerrado neste ano.

Além da manutenção e expansão do Fundeb, os gestores do Nordeste querem que a União equacione a dívida com os Estados provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef) e cobram a revisão do corte no orçamento das universidades e institutos federais. Na carta, os gestores pedem ainda a retomada de obras rodoviárias, obras hídricas e habitacionais. Pelo texto, a ação impulsionará "o crescimento econômico e a geração de empregos".

Uma das pautas da reunião foi o Plano Mansueto, medida que o governo federal promete lançar nos próximos dias. Com esse plano de recuperação fiscal, a expectativa é que os estados sejam liberados para tomar financiamento nacional e internacional, o que, no caso da Bahia, com histórica comprovação de ente bom pagador, potencializará novas obras estaduais.

Veículo: BNews	Caderno: Denúncia
Data: 09.05.2019	



Denúncia

Fechada após acumular irregularidades, Fresca possui 79 processos trabalhistas



09 de Maio de 2019 às 12:22 Por: *Reprodução* Por: *Redação BNews* 0 comentários

Com um débito que ultrapassa os R\$ 15 milhões de ICMS registrados em dívida ativa, dos quais R\$ 6,7 milhões já em fase de execução fiscal no Judiciário, a empresa Frésca, nome fantasia da Mineração Água Branca Ltda, distribuidora de água localizada na cidade de Dias D'Ávila, região metropolitana de Salvador, acumula também uma extensa lista de processos junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (TRT-5).

Em pesquisa feita no site do Tribunal, por meio do link <https://www.trt5.jus.br/certidao-eletronica> e possível obter a certidão de débitos trabalhistas da Frésca por meio do CNPJ da empresa, de número 42.063.867/0001-36. No total, são atribuídos 79 processos trabalhistas a empresa, em face do inadimplemento de obrigações estabelecidas. Dentre as dívidas, o BNews conseguiu ter acesso a um dos processos que já contabiliza o valor de R\$ 215.637,58 só de dívidas com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Total de processos: 79.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

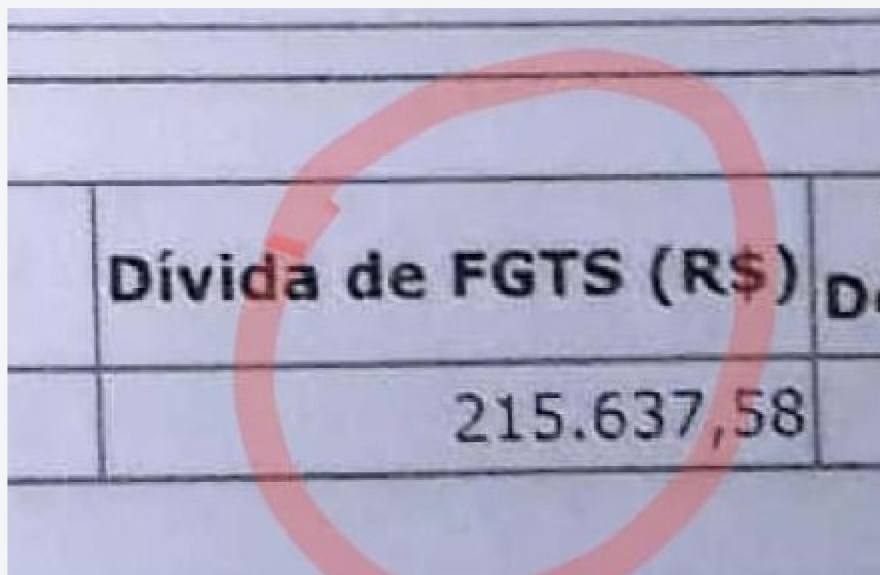
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

A reportagem procurou mais um dos sócios, Antônio Lecival Oliveira Miranda, que passou o caso para a assessoria de imprensa da empresa. A assessoria ficou de enviar uma nota sobre o assunto, mas até o fechamento da matéria nenhum esclarecimento foi passado para a reportagem.



Dívida de FGTS (R\$)	De
215.637,58	

Irregularidades

Uso de funcionários sem instrução como 'laranjas', prisão dos sócios e contador, concorrência desleal, songação e fraudes. Esta é a bagagem acumulada pela empresa Frésca, alvo de operação da **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba)**, da Secretaria da Segurança Pública (SSP) e do Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA). Além dos quase R\$ 15 milhões em débitos de ICMS registrados em dívida ativa, dos quais R\$ 6,7 milhões já em fase de execução fiscal no Judiciário, a empresa também não cumpre seu papel junto a Dias D'Ávila.

O **BNews** teve acesso a documentos que comprovam débitos de mais de meio milhão de reais sobre o Imposto sobre a Propriedade Predial Urbana (IPTU) do município. Nos arquivos obtidos pela reportagem é possível verificar que há parcelamentos do débito e valores que variam de R\$ 10 mil a R\$ 50 mil. Somente na lista que consta de três páginas o montante ultrapassa os R\$ 500 mil.

Procurada, a prefeitura de Dias D'Ávila confirmou o débito, mas não revelou o valor total "por se tratar de uma informação sigilosa". A prefeitura afirma que os pagamentos do parcelamento "não estão sendo honrados". Questionada sobre a autorização do funcionamento da Frésca no município mesmo diante dos débitos, a prefeitura ressalta que "não autoriza o funcionamento e que todas as medidas jurídicas cabíveis ao Município já foram tomadas. Tudo que compete ao município já foi realizado. A empresa já foi autuada e notificada por diversas vezes e já está na Dívida Ativa". Ainda conforme a nota, a empresa não possui alvará de funcionamento liberado pela Prefeitura de Dias d'Ávila.



Procurado, o Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) afirmou ao BNews que "a mencionada empresa é de propriedade de Antônio Lecival Oliveira Miranda, o qual foi preso em 2015, pela prática de crime de sonegação fiscal e responde atualmente a ação penal. A ocorrência mencionada pela jornalista diz respeito a uma apreensão de caminhões nos quais havia garrações de água mineral da marca Frésca, com o selo fiscal da Mineração Água Branca, porém com notas fiscais emitidas pela empresa denominada Mineração Canaã Ltda., também de propriedade de Lecivaldo Oliveira. Ocorre que a Mineração Canaã não possui selo fiscal para comercializar água mineral e encontra-se inapta perante a Secretaria da Fazenda desde 03/04/2019. Por outro lado, a Mineração Água Branca encontra-se inapta perante a Secretaria da Fazenda desde 27/03/2019, situação que perdura até a presente data".

Ainda conforme o TCM, a empresa só pode reabrir se regularizar a situação junto à Sefaz, quando vai poder emitir notas fiscais. "Vale informar que após a apreensão dos caminhões com a água mineral foi instaurado inquérito policial que se encontra em tramitação na DECECAP".

Plantão na fábrica

Com R\$ 14,97 milhões em débitos de ICMS registrados em dívida ativa, dos quais R\$ 6,7 milhões já em fase de execução fiscal no Judiciário, a Frésca tem um histórico de irregularidades junto ao fisco baiano. No dia 22 de março, a empresa foi tornada inapta pela Sefaz-Ba por ter deixado de apresentar informações econômico-fiscais obrigatórias que deveriam constar na Escrituração Fiscal Digital (EFD) e na Declaração e Apuração Mensal do ICMS (DMA). No dia 29 de março, uma equipe da Sefaz-Ba especializada na fiscalização de mercadorias em trânsito esteve na fábrica, localizada em Dias D'Ávila, e constatou a conduta fraudulenta com emissão irregular das notas fiscais por parte da Canaã, associada à comercialização de produtos da marca Frésca. O monitoramento diário continua por tempo indeterminado, até que a empresa resolva as pendências identificadas.

Selo fiscal

O selo fiscal foi criado como instrumento contra a sonegação no setor, além de contribuir no combate à concorrência desleal de envasadoras irregulares, já que

dificulta a entrada clandestina de produtos no mercado. A medida é também uma forma de garantir ao consumidor a procedência da água que está sendo comprada. Além das operações para fiscalização do cumprimento da obrigatoriedade, a Sefaz-Ba adota outra medida importante para garantir a procedência do produto: um canal para que consumidores e comerciantes possam aferir a autenticidade do selo. Para isso, basta acessar o site www.sefaz.ba.gov.br, clicar em Inspeção Eletrônica e depois em "Selo Fiscal". Nesta página, é preciso digitar o número de série do produto, informado em cada selo. Caso encontre alguma irregularidade, o consumidor pode denunciar através do 0800 0710071 ou do 71 3319-2501 (ligações de celular da Região Metropolitana de Salvador).

Outro lado

Procurada, a Água Mineral Frésca enviou uma nota ao **BNews** afirmando que "os fatos que ocasionaram o fechamento da unidade fabril de Dias D'Ávila, no dia 01 de abril de 2019. Ao contrário do noticiado, a empresa não foi fechada por problemas de irregularidades por termos duas empresas no mesmo endereço. Em toda atividade de extração de água mineral a indústria opera com um CNPJ para mineração, no caso da Frésca, a Mineração Canaã que extrai o produto que é a água mineral, e este produto tem um alvará de licença ambiental de extração da Fonte AMAZON, que abastece a envasadora e distribuidora, no caso da Frésca, a Mineração Água Branca. Não havendo nenhuma irregularidade nem na extração, nas normas sanitárias de manuseio e envase".

Ainda conforme a nota, a Fresca ressalta que "a fonte tem vazão de água mineral pura, cristalina, retirada da natureza sem aditivos químicos e envasada dentro dos mais altos padrões de higiene, em ambiente lacrado, monitorada por químicos da empresa. Em nenhum momento a qualidade da água mineral Frésca foi questionada por nenhum órgão ou autoridade, nem motivo de fechamento da sua unidade fabril que obedece a todas as leis de comércio com a compra de seus selos para comercialização dos seus garrafões de 20 litros. O real motivo do fechamento da Frésca foi a classificação como inapta por ter deixado de apresentar informações econômico-fiscais obrigatórias que deveriam constar na Escrituração Fiscal Digital (EFD) e na Declaração e Apuração Mensal do ICMS (DMA), além da crise que afeta a indústria de água mineral desde 2015 que vem trazendo os preços cada vez mais baixos e reduzindo margens, somados a problemas em honrar com parcelas anteriores dos seus tributos, principalmente parcelas do ICMS".

Sobre os débitos

A Fresca afirma que "temos na Água Frésca, como noticiado, um passivo tributário muito alto, mas já com acordos com o Governo do Estado da Bahia. Temos também uma dívida municipal com a prefeitura de Dias D'Ávila, não de IPTU, pois ficamos em área rural, dentro de uma reserva preservada de Mata Atlântica, e estes impostos também já estão sendo negociados", afirma Lecival Miranda, diretor da indústria. Ao mesmo tempo esclarece que mantinha 235 postos de trabalho diretos no momento do seu fechamento, o que alarma ainda mais a situação já degradante do desemprego na região metropolitana de Salvador, sobretudo em Dias D'Ávila. Torna público também que a indústria fechada foi vítima ainda de assaltos à sua linha de produção, gerando ainda um prejuízo, calculados em torno de R\$ 150 mil, tendo toda a fiação e peças dos maquinários roubadas durante a interdição que já dura mais de um mês. Quanto a dívida trabalhista citada pela jornalista do portal BNews, esclarecemos que para uma

indústria que já chegou a operar em três turnos com 235 colaboradores diretos, ter 79 processos trabalhistas levantados, com o tempo de mercado da Frésca, é completamente normal, principalmente se considerarmos a quantidade de problemas enfrentados pela empresa desde 2015. Quanto a estes processos, esclarecemos ainda que as empresas estão respondendo e acompanhando com suas assessorias jurídicas todas as demandas trabalhistas.

A Frésca deixa claro e tranquiliza aos colaboradores que está resolvendo seus “impasses fiscais” para retomar suas atividades, e que brevemente arcará com os salários e todas as suas obrigações pelo tempo que ficarmos paralisados. Pedimos a compreensão desta grande família neste momento de mais uma crise que estamos por superar, assim como as anteriores. Esse é um compromisso público assumido pela Frésca”.

PETRÓLEO Medidas devem facilitar participação de investidores interessados nos ativos da Petrobras

Definidas regras que vão estimular concorrência na venda de refinarias

LUCIANO NASCIMENTO
Agência Brasil, Brasília

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), ligado ao Ministério de Minas e Energia, aprovou ontem uma resolução que trata da venda de refinarias da Petrobras para dar mais competitividade ao setor. No final de abril, a empresa, que domina o mercado de refino e distribuição de combustíveis no País, informou que pretende vender oito de suas 13 refinarias.

De acordo com o CNPE, a resolução aprovada ontem regula o processo de desinvestimento da empresa para evitar nova verticalização do mercado após a venda dos ativos da Petrobras.

A resolução diz que a alienação concomitante de refinarias e seus respectivos ativos de infraestrutura usados para a movimentação de insumos e produtos pró-

prios devem ser transferidos preferencialmente para grupos econômicos que não atuem em todos os segmentos do setor de petróleo.

Petrobras fora

Segundo o ministério, a resolução estabelece que é de "interesse nacional" que as refinarias potencialmente concorrentes sejam alienadas para grupos econômicos distintos. A Petrobras fica proibida de manter participação societária nos empreendimentos.

A determinação vai ao encontro do que disse, esta semana, o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, de que a BR Distribuidora não participará de nenhum processo de compra de refinarias. "Não faz sentido. Seria uma operação como se dizia no passado de Zé com Zé. A Petrobras tem como objetivo vender 100% das refinarias listadas".



RLAM, em Mataripe (BA), é uma das refinarias à venda


Atualmente a Petrobras oferta mais de 1 milhão de barris/dia de capacidade de processamento nos estados da Bahia, Amazonas, Ceará, Minas Gerais, Pernambuco, Paraná e Rio Grande do Sul. A empresa ainda não deu maiores detalhes sobre o processo de venda das refinarias. A venda, estimada em cerca de US\$ 20 bilhões, fará parte do plano de negócios da companhia para o período entre 2020 e 2024.

Para o ministério, a determinação visa estimular a entrada de novos agentes econômicos no setor de refino com a atração de investimentos no segmento. "Há expectativa de aumento da competitividade no fornecimento de combustíveis e demais derivados de petróleo, garantindo um mercado capaz de atender o consumidor brasileiro em condições adequadas de preço e qualidade", disse o ministério em nota.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 10/05/2019	Página:

Correio*
O QUE A BAHIA QUER SABER

armando  avena

 armandoavena@uol.com.br

A PRIVATIZAÇÃO DA RLAM

A privatização da RLAM – Refinaria Landulpho Alves pode dar novo alento à economia baiana. Atualmente, a produção da refinaria está caindo ano a ano e a Petrobrás não pretende fazer qualquer investimento na empresa, que, ao contrário, consta do seu plano de desinvestimento. Ou seja, a privatização é o único caminho para garantir novos investimentos, com a modernização da refinaria, e a abertura de novos mercados. Além disso, como lembrou o presidente da Associação Comercial da Bahia, Adary Oliveira, em entrevista ao portal Bahia Econômica, a refinaria tem o 2º maior terminal portuário do país, o Terminal de Madre de Deus, que também deve ser privatizado. O Temadre é maior que o Porto de Suape em Pernambuco, tem capacidade de movimentação de mais de 20 milhões de toneladas por ano e, privatizado, poderá ser uma nova alternativa portuária para a Bahia. A questão dos empregos deve ser tratada no âmbito das negociações para a privatização, estabelecendo-se regras para desligamentos e outras condições. No mais, privatizar a RLAM é a chave para destravar a economia baiana.

Veículo: Site Secom	
Data: 09/05/2019	Caderno: Fazenda

Sugestão de pauta

09/05/2019 18:00

Seplan entrega Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020 à Alba

O secretário estadual do Planejamento, Walter Pinheiro, entrega nesta sexta-feira (10), às 10h30, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) 2020 ao presidente da Assembleia Legislativa da Bahia (Alba), Nelson Leal. O PLDO é o instrumento legal que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias do Estado, contemplando prioridades e metas a serem alcançadas pelas Ações Governamentais.

O PLDO tem conformidade com o disposto na Constituição Federal, na Constituição Estadual e na Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), compreendendo: a estrutura e organização dos orçamentos; as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado e suas alterações; as disposições referentes às transferências voluntárias aos municípios e ao setor privado; as disposições sobre alterações na legislação tributária estadual e medidas para o incremento da receita e a política de aplicação de recursos da agência financeira estadual de fomento.

Fonte: Ascom/Seplan

Veículo: BNews	Caderno: Política
Data: 09.05.2019	



Política

Federação Nacional do Fisco repudia declaração de Guedes sobre funcionários públicos



09 de Maio de 2019 às 18:48 Por: *Marcelo Camargo/Agência Brasil* Por: *Redação BNews0comentários*

A Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco) divulgou uma nota de repúdio sobre a afirmação feita pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, que funcionários públicos teriam parte da “culpa” pela “roubalheira” que atingiu o Brasil nos últimos anos. A crítica aos servidores foi feita durante uma audiência pública sobre a Reforma da Previdência realizada na Câmara dos Deputados, na quarta-feira (8).

A entidade classificou a fala como generalista e desprovida de critérios jurídicos básicos, além de destacar que ela fere o princípio da presunção da inocência, previsto pelo artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal, que preceitua que ‘ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória’. “Este princípio é imprescindível para a efetiva garantia dos direitos fundamentais da pessoa humana. Por ele, o próprio ministro tem seus direitos garantidos, uma vez que é investigado pela Polícia Federal, a pedido do Ministério Público Federal por suspeitas de fraude na gestão de fundos de investimentos que receberam aportes no valor de R\$ 1 bilhão, oriundos de fundos de pensão de empresas estatais brasileiras”, lembrou a Fenafisco.

A Federação ainda cita que o Tribunal de Contas da União abriu recentemente um processo para apurar supostas irregularidades em negócios realizados por uma empresa de Guedes com fundos de pensão patrocinados por estatais. “Acreditamos que o Brasil já sofre uma polarização maléfica e repudia este tipo de manifestação, que dificulta o diálogo e distancia setores da sociedade que deveriam estar unidos na busca por soluções para melhorar a nossa economia, diminuir a desigualdade e incentivar o emprego e a renda”, acrescentou a entidade.

FOLHAONLINE

www.folha.com.br

10.maio.2019 às 2h00

Após impor série de derrotas a Moro e ao governo, Congresso retoma projeto que pune abuso de autoridade



Painel

Abriu a porteira Na esteira da série de derrotas impostas ao governo, e em especial ao ministro Sergio Moro (Justiça), nesta quinta (9), dirigentes de partidos articulam submeter a votação, no curto prazo, projeto que pune o abuso de autoridade. A ideia é, com o aval dos presidentes das duas Casas do Congresso, trabalhar texto que está no Senado sob a relatoria de Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e incluir na proposta medidas de combate ao crime organizado—esvaziando ainda uma das bandeiras do ex-juiz.

Bumerangue A articulação para reabilitar projeto que trata do abuso de autoridade cresceu nos últimos dias como forma de reagir à imensa pressão das redes e de grupos de WhatsApp contra a retirada do Coaf das mãos de Moro.

Poder da palavra Nesta quinta, o líder de um dos maiores partidos da Câmara contou que recebeu mensagens de mais de 600 números desconhecidos. Uma delas trazia texto que ele interpretou como ameaça. Dizia que, caso votasse pela saída do Coaf da pasta de Moro, o deputado “acabaria PRESO!”, com a palavra em caixa alta.

Hydra Ao adiar a votação da medida provisória que reorganiza o organograma do Executivo, Rodrigo Maia (DEM-RJ) expôs a desarticulação do governo. Diego Garcia (PODE-PR), o deputado que levantou a bola para a decisão, agiu por simpatia a Moro e para

impedir a saída do Coaf da Justiça, mas com isso derrubou a articulação da Casa Civil.

Hydra 2 O ministro Onyx Lorenzoni (Casa Civil), em nome do Planalto, avalizou a votação das mudanças acertadas na comissão especial que analisou a MP, entre elas a migração do Coaf do Ministério da Justiça para o da Economia. Moro, porém, que tem uma bancada de simpatizantes, seguiu brigando pela estrutura.

Hydra 3 A atuação em direções opostas dos integrantes do governo provocou risos na oposição e certa surpresa entre líderes de partidos de centro, que se chocaram com a bateção de cabeça.

Sem freio A ex-diretora de Negócios da Apex Letícia Catelani disse a aliados que quer ir à Comissão de Relações Exteriores da Câmara descrever o que entendeu como interferências de Santos Cruz (Secretaria de Governo) em sua área.

Despedida Antes de se entregar à Justiça, o ex-presidente Michel Temer almoçou com a família e com ex-auxiliares. Fez questão de mostrar mensagens de juristas que criticaram a decisão do TRF-2 de reativar sua prisão preventiva.

Despedida 2 Na quarta (8), ao saber do veredito do tribunal, protestou: “Conseguiram acabar com a minha vida”.

Atentai Nova rodada de pesquisa da XP Investimentos dá sinais de que a avaliação do governo segue em declínio. O percentual que vê a gestão Bolsonaro como boa ou ótima ficou estável (35%), mas o índice dos que a classificam como ruim ou péssima oscilou cinco pontos, de 26% para 31%, de abril para cá.

Atentai 2 A nota dos integrantes do governo que foram avaliados caiu –inclusive a de Sergio Moro, de 7,3 em janeiro para 6,5. A do presidente recuou de 6,7 para 5,7. Há só uma exceção: Hamilton Mourão. Tinha 5,5 e agora tem 5,6.

Bombeiro Paulo Guedes (Economia) escalou seu secretário-executivo, Marcelo Guarany, para acalmar servidores do IBGE inconformados com o corte de verbas do Censo. Ele dirá que não vai faltar dinheiro e que a pesquisa é estratégica para o país.

Visitas à Folha Paulo Skaf, presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), visitou a **Folha** nesta quinta (9), onde foi recebido em almoço. Estava acompanhado de André Rebelo, assessor de assuntos estratégicos, Daniela Mendes, assessora de imprensa, e Júnior Ruiz, assessor pessoal.

Sally Lehrman, fundadora e diretora do Trust Project, visitou a **Folha** nesta quinta (9). Estava acompanhada de Angela Pimenta, coordenadora-executiva do projeto Credibilidade.

TIROTEIO

Moro almeja poderes ilimitados, como na época de juiz da Lava Jato, mas esquece que no meio do caminho tem o Congresso

Do deputado Carlos Zarattini (PT-SP), sobre o ministro da Justiça ter perdido batalha para manter o Coaf sob o guarda-chuva de sua pasta

Das Agências

REPORTAGEM
correio24horas@reddebahia.com.brMinistro afirma
que decisão
não atrapalha
atuação do órgão

Por 14 votos a 11, a comissão especial mista que analisa a Medida Provisória da Reforma Administrativa (MP 870/19) decidiu tirar o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) do Ministério da Justiça e Segurança Pública e transferi-lo para o Ministério da Economia. A permanência do Coaf na pasta comandada por Sérgio Moro era defendida pelo ministro. O texto ainda precisa passar pelos plenários da Câmara e do Senado.

Parlamentares do Centrão e da oposição se juntaram para tirar o Coaf das mãos de Moro e se articularam para impor a derrota ao governo. Assinaram o requerimento que devolve o órgão para o Ministério da Economia lideres de PT, PRB, PTB, PP, MDB, PODE, PSC, DEM, PR, Solidariedade e Patriotas.

O resultado da votação reforçou no governo o entendimento de que será preciso se aproximar do Centrão para aprovar a agenda de Jair Bolsonaro. "O Centrão faz parte do Congresso Nacional. Temos que nos relacionar com o Centrão. São representantes legítimos do povo brasileiro. São partidos políticos organizados. Vamos acabar com preconceitos, com críticas. Isso foi assim com todos os

●● A intenção de trazer o Coaf para o Ministério da Justiça foi sempre a de fortalecer o Coaf Sérgio Moro

Ministro da Justiça e Segurança Pública



Comissão do Congresso aprovou transferir o Coaf do Ministério da Justiça para o da Economia

Sérgio Moro fica sem o Coaf

governos", disse o líder do governo no Senado e relator da MP, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE).

Bezerra afirmou que a base aliada vai buscar reverter a mudança, mas vê dificuldades. "Claro que o governo vai brigar para voltar o Coaf [ao MJ]. É sua posição. Mas temos de respeitar. Se não tivermos condição na comissão, claro que é muito mais difícil no plenário".

Já o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), discorda da avaliação de que a transferência do Coaf do Ministério da Justiça para a Economia seja uma derrota para o governo. "Tem países em que Coaf está na Economia e países que está na Justiça", disse. "O mais importante é que ninguém está mexendo no Coaf (internamente)", afirmou.

Criado em 1998, o Coaf é um órgão de inteligência financeira que investiga ope-

rações suspeitas. O Coaf recebe informações de setores que são obrigados por lei a informar transações suspeitas de lavagem de dinheiro, como bancos e corretoras. O conselho analisa amostras desses informes e, se detectar suspeita de crime, encaminha o caso para o Ministério Público.

MINISTRO

O ministro da Justiça e da Segurança Pública, Sérgio Moro, afirmou, ontem, que a decisão da comissão mista do Congresso de retirar o Coaf de

sua alçada não é "favorável", mas não atrapalhará a atuação do órgão.

"A intenção de trazer o Coaf para o Ministério da Justiça foi sempre a intenção de fortalecer o Coaf. Independentemente do que aconteça, vai ser essa a política do governo, sempre fortalecer o Coaf porque sabe que ele é um órgão estratégico. Hoje (ontem), de fato, houve uma decisão não muito favorável a essa proposta do governo, mas, independentemente do que aconteça, podem ter certeza de que a postura do governo vai ser sempre de fortalecimento desse órgão", disse Moro.

Segundo o ministro, a visibilidade dada ao Coaf nos últimos meses favorece o órgão e ressalta a importância de se fortalecer a estrutura do conselho. Para Moro, apesar de ser um órgão "relativamente enxuto", o Coaf traz "grandes resultados" para investigações.

14
parlamentares votaram pela transferência do Coaf para o Ministério da Economia

"Eu tenho dito que sem a inteligência financeira, nós não conseguimos enfrentar eficazmente a corrupção, crime organizado e o financiamento do terrorismo. Por isso que o Coaf tem que ser valorizado, por isso que o Coaf tem que ter uma estrutura compatível com essa tarefa", concluiu Moro.

O presidente do Coaf, Roberto Leonel, afirmou que o trabalho continuará, independentemente da decisão política do Congresso. "Estamos passando um momento de preocupação com o retorno ao Ministério da Economia, mas como frisei, nosso trabalho técnico continua, continuará, dentro de uma política de defesa à sociedade", afirmou.

O porta-voz da Presidência, Otávio Rêgo Barros, por sua vez, afirmou que o governo não vê como "derrota" a decisão. Segundo ele, o presidente Jair Bolsonaro entende que se trata de uma decisão "soberana" do parlamento e, portanto, aceita o que foi decidido.

FUNAI

A comissão também aprovou a transferência da demarcação de terras indígenas para a Fundação Nacional do Índio (Funai), órgão que pelo relatório do senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) volta ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, pasta comandada por Moro.

A mudança foi aprovada por 15 votos a 9. O relator, porém, havia proposto que a demarcação continuasse com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), vinculado ao Ministério da Economia, o que foi rejeitado pelo colegiado.

●● Claro que [o governo] foi derrotado. Queríamos que o Coaf ficasse com Sérgio Moro Fernando Bezerra

Líder do governo no Senado e relator da Medida Provisória 870

Maia abre e encerra sessão da Câmara sem votar MP

Apesar da expectativa de que a Medida Provisória 870, que trata da reorganização dos ministérios, fosse votada ainda ontem no plenário da Câmara, uma questão de ordem fez com que o presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), encerrasse a sessão, sem a votação da MP.

Desde anteontem, partidos de centro e direita costuravam um acordo com o presidente da Casa para que a medida fosse votada na sequência de sua aprovação na comissão mista do Congresso, da forma como fosse aprovada pelo colegiado. No caso, ela seria aprovada on-

tem com a mudança do Coaf do Ministério da Justiça para a Economia.

O impasse se deu após o deputado Diego Garcia (PODE-PR) questionar o regimento (conjunto de regras da Câmara) e alegar que as medidas provisórias devem ser analisadas pela ordem de chegada. Com isso, Maia definiu que outras cinco medidas provisórias que tramitam na Casa serão analisadas antes da MP da reformulação dos ministérios.

A decisão de Maia tem dois efeitos imediatos: dá tempo para o governo tentar organizar a base e reverter as

modificações que a medida sofreu, como a mudança do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Fiscais), demarcação de terras indígenas e as competências dos auditores fiscais. Mas, por outro lado, há risco de a medida provisória perder validade, em 3 junho, e os ministérios voltarem à configuração anterior, com 29 pastas.

BASE DESORGANIZADA

"Tem muita medida provisória ainda e essa (dos ministérios) vence só daqui a quatro semanas. Como a base ainda está muito desorga-

nizada, vai ter de ter uma organização rápida da base para poder organizar e superar todas as que estão para chegar na MP 870", disse Rodrigo Maia logo após encerrar a sessão.

"Já vi governo votar 30 MPs aqui em um dia, no governo Lula, é um trabalho que o governo vai ter de fazer. Eu estava disposto a tentar construir um acordo, tendo uma votação desse tema que parece polêmico, uma é a questão do Coaf e outra da Receita, duas votações, tínhamos de andar rápido e aí veio a questão de ordem", afirmou Maia.

Há risco de a MP perder validade, em 3 junho, e os ministérios voltarem à configuração anterior, com 29 pastas

Guedes promete plano de socorro aos estados para semana que vem

Governadores se reuniram nesta quinta com presidente Bolsonaro e ministro da Economia

Mariana Carneiro Gustavo Uribe

BRASÍLIA

Em um segundo encontro com o presidente Jair Bolsonaro (PSL), governadores do Nordeste receberam do governo a sinalização de que o plano de auxílio financeiro aos estados em dificuldade, apelidado de Plano Mansueto, será enviado ao Congresso na próxima semana.

Segundo os governadores, o ministro Paulo Guedes (Economia) prometeu apresentar o plano na semana que vem aos secretários estaduais de fazenda e, em seguida, entregar a proposta de lei complementar ao Congresso.

Guedes disse ainda, de acordo com os presentes, que também está trabalhando no que chamou de Plano Waldery (em referência ao secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues), de divisão dos recursos obtidos com a exploração de petróleo do pré-sal.

Os governadores disseram que o ministro pretende dividir a verba do petróleo que abastece o fundo social e também os recursos obtidos com o leilão de áreas excedentes da chamada cessão onerosa. Embora o governo venha defendendo que o leilão poderá ser feito sem autorização do Congresso, parlamentares e o próprio presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), avaliam que é necessária a aprovação de um projeto de lei autorizando o repasse dos recursos sem que seja desrespeitado o teto de gastos.

A promessa de apresentação do plano Mansueto nos próximos dias atende parcialmente os governadores. Eles esperavam que o programa de socorro fosse mostrado ainda nesta quarta-feira (8).

Segundo o governador de Alagoas Renan Filho (MDB), Guedes indicou que o plano está pronto.

"O ministro comunicou aos governadores que ele já estava pronto para apresentá-lo ontem mas não teve como participar daquela reunião que

contou com os presidentes da Câmara e do Senado e com o presidente da República", disse.

"A expectativa é que nessa próxima semana o plano Mansueto seja definitivamente apresentado aos estados para que ele possa seguir para o Congresso, ter a lei aprovada e isso crie nova expectativa para os estados que estão precisando."

Alagoas tem nota B do Tesouro e, por isso, não deverá participar do programa, voltado a estados nota C, interessados em tomar empréstimos com aval do governo federal. Hoje, eles são proibidos. Em troca, os governadores terão que apresentar programas de ajuste fiscal com o horizonte de quatro anos.

Os governadores negaram que o governo tenha condicionado a ajuda ao apoio pela reforma da Previdência no Congresso.

Segundo Flávio Dino (PCdoB), governador do Maranhão, há apoio pela reforma, porém com mudanças no texto que foi apresentado pelo governo.

"Há consenso entre os governadores que a reforma da Previdência é uma pauta necessária para o país", disse. "Mas a proposta contém excessos antipopulares e antissociais e nós reiteramos isso ao presidente. Para o Nordeste, pontos que destroem o direito dos mais pobres são inadmissíveis".

Renan Filho disse que os governadores, unidos, podem ajudar com até 60 votos favoráveis no Congresso, o que faria diferença para aprovação de uma emenda à Constituição, que demanda a aprovação de dois terços da Câmara e do Senado em duas votações.

Os governadores do Nordeste aproveitaram o encontro com o presidente para apresentar pautas na área da educação e pedir que o governo reconsidere o corte de verba das universidades e institutos de ensino federais, decisão do MEC (Ministério da Educação) que foi rechaçada pela oposição e pelo movimento estudantil.

A região é administrada, em sua maioria, por políticos filiados a partidos de oposição, como PT e PSB, e foi a única em que Bolsonaro perdeu na eleição do ano passado.

Os governadores também pediram que o governo proponha uma emenda constitucional tornando definitiva a participação da União no financiamento da educação nos estados e municípios por meio do Fundeb (Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica). Pela legislação em vigor, o fundo expira no ano que vem.

Os governadores também reclamaram das obras federais paradas na região.

10/05/2019 - 05:00

Comissão tira Coaf de Moro e MP 870 fica ameaçada

Por Vandson Lima e Raphael Di Cunto

Com concessões e derrotas em série para o governo, a maior das quais a retirada do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) do âmbito do Ministério da Justiça, foi aprovada ontem na Comissão Especial a medida provisória (MP) da reforma ministerial do governo Bolsonaro. Numa articulação com a oposição e o Centrão, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), tentou votar a proposta modificada ontem em plenário, mas teve que recuar depois de partidos pequenos ameaçarem derrubar a sessão, com um pedido de verificação de presença.



Maia: presidente da Câmara tentou votar texto com alterações, mas foi impedido por manobra do Podemos

O adiamento pode levar a uma derrota ainda maior do governo, com a perda da validade da MP - o que ocorrerá se não for aprovada na Câmara e Senado até 3 de junho. O prazo de três semanas não parece curto, mas outras cinco medidas provisórias polêmicas terão preferência para votação e a oposição já avisou que usará todas as formas de obstrução para levar o governo Bolsonaro a uma derrota contundente. Integrantes do governo e do Congresso avaliaram que, no mínimo, o custo político de aprovação ficou mais caro.

O revés sofrido pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, não se limitou à perda do Coaf, responsável por investigar lavagem de dinheiro, que deve ser devolvido ao Ministério da Economia, segundo o texto votado ontem.

O ministro terá que lidar com as questões indígenas, algo que não queria por tomar muito tempo dos ministros anteriores. A comissão retirou a demarcação das terras indígenas do Ministério da Agricultura e a Fundação Nacional do Índio (Funai) do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos e devolveu ambos ao da Justiça. Contrariada, a bancada ruralista promete votar em peso no plenário da Câmara para manter o desenho proposto originalmente pelo presidente Jair Bolsonaro.

Moro se dedicou pessoalmente a tentar convencer os parlamentares, mas foi derrotado. Votaram pela mudança representantes de PP, PR, PSD, DEM, MDB, PSDB, PT, PDT e PSB, que se articularam para trocar integrantes da comissão e convencer parte dos titulares a faltarem para que os suplentes votassem. A emenda foi aprovada por 14 votos a 11.

O presidente Jair Bolsonaro afirmou à noite, em transmissão ao vivo nas redes sociais, ainda acreditar que o órgão possa ficar com Moro. Disse que uma decisão diferente "não pode acontecer" porque o Coaf "é uma ferramenta muito forte no combate à lavagem de dinheiro, à corrupção e outras medidas". Minutos antes, o porta-voz da Presidência negou que tenha ocorrido uma derrota e defendeu que o Congresso era soberano para decidir.

Maia tentou, com apoio da oposição e do Centrão (grupo de partidos formado por PP, PR, PSD, DEM e outros), costurar um acordo com o governo para votar rapidamente a MP no plenário ontem à tarde, dia em que usualmente não ocorrem votações, e manter o texto da comissão. O deputado Diego Garcia (Pode-PR), contudo, acusou a votação de ser uma manobra "desleal" para tentar tirar o Coaf de Moro e cobrou que as medidas provisórias (MPs) editadas antes fossem votadas primeiro. Ele teve o apoio do Cidadania, Novo e PSC, o que garantiria o direito de pedir verificação de presença e derrubar a esvaziada sessão.

Irritado, Maia rebateu que nunca foi desleal com a Câmara e colocou em pauta as demais MPs, mas avisou que isso levará a derrota do governo e de Moro, porque a proposta perderá a validade e toda a estrutura do governo Bolsonaro cairá, voltando aos 29 ministérios do governo Temer. Depois, ao descer da tribuna, minimizou sua declaração anterior e afirmou que a situação ficou mais difícil, mas que já viu um governo votar 30 MPs em um só dia e que é preciso diálogo.

O presidente da Câmara também recebeu sinais de que o PSL, partido de Bolsonaro, dificultaria a votação. Após a sessão, a sigla divulgou que votará contra as mudanças no Coaf e na Funai e a divisão do Ministério do Desenvolvimento Regional em dois: o da Cidades, cujo ministro será indicado por Maia e o da Integração Nacional, que será indicado pela cúpula do Senado. O governo tenta convencê-los a apadrinhar o ministro Gustavo Canuto.

Líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) foi o relator da MP e admitiu a derrota no Coaf, mas saiu prontamente em defesa da necessidade de o governo investir em uma relação mais sólida com o Centrão. "Temos de nos relacionar com o Centrão, são representantes legítimos do povo brasileiro". Bezerra é o nome do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-RJ), e da velha guarda do MDB para a Integração Nacional.

O governo ainda sofreu outras derrotas de última hora no colegiado como parte do acordo com a oposição. O relator aceitou alterar trecho que promovia uma espécie de monitoramento sobre ONGs e organismos internacionais que atuam no país e, no lugar, disse que a Secretaria de Governo vai "coordenar a interlocução com as organizações". A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), onde o PRB ainda mantém influência, saiu do Ministério da Economia para o da Ciência e Tecnologia.

Além disso, foi aprovada medida para limitar a atuação dos auditores fiscais da Secretaria Especial da Receita Federal apenas a investigação de crimes tributários, com efeito retroativo, o que o líder do PSL no Senado, Major Olímpio (SP), apelidou de "emenda Gilmar Mendes", em referência ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) que foi alvo de investigação do órgão. **(Colaboraram Renan Truffi, Carla Araújo, Marcelo Ribeiro e Cristiano Zaia)**

FOLHAONLINE
www.folha.com.br

Governo deve anunciar novo bloqueio no orçamento, diz secretário da Fazenda

Segundo Waldery Rodrigues Júnior, fraco desempenho da economia foi determinante para decisão

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO

O secretário da Fazenda, Waldery Rodrigues Júnior, disse nesta quinta (9) que o governo deve anunciar novo contingenciamento de recursos do orçamento ainda este mês.

De acordo com ele, a revisão é necessária devido ao fraco desempenho da economia, que tem como resultado menor arrecadação. O bloqueio deve ser feito no relatório bimestral sobre receitas e despesas do dia 22 de maio.

“As previsões para o PIB tem tido redução e isso impacta nas receitas”, disse Rodrigues Júnior, em entrevista depois da abertura do 31º Fórum Nacional, no Rio de Janeiro.

“Nesse sentido, e já tendo cálculos internos, é natural que haja redução [das despesas]”.

Ele não adiantou o valor que será bloqueado. No relatório do dia 22 de março, o Ministério da Economia já contingenciou R\$ 29,8 bilhões, medida que gerou protestos ao afetar os recursos da educação — com bloqueios de gastos desde o ensino básico a bolsas de pesquisa.



O secretário da Fazenda, Waldery Rodrigues Júnior, afirmou que novo contingenciamento de recursos será detalhado até 22 de maio. Segundo ele, revisão é necessária devido ao fraco desempenho da economia, que tem como resultado menor arrecadação. - Marcos Oliveira/Agência Senado

O secretário da Fazenda disse que a decisão sobre onde serão feitos os bloqueios é feita após consulta ao conselho de ministros do governo.

Ele frisou que o governo vem estudando medidas para fomentar a atividade econômica no curto prazo, como a liberação de recursos do PIS-PASEP para incentivar o consumo.

A expectativa é que a medida seja implementada em até quatro meses e injete entre R\$ 21 bilhões e R\$ 22 bilhões na economia. O governo estuda também mudanças no FGTS, que podem culminar com a permissão de saques, mas é um processo que depende do Congresso, disse Rodrigues Júnior.

Ele defendeu que a reversão da crise do país depende da aprovação de reformas, com prioridade para a Previdência, que podem aliviar a crise fiscal e aumentar a confiança de investidores.

“A expectativa de quem empreende, de quem produz, de quem quer investir no Brasil está reprimida pela expectativa com a aprovação da reforma da Previdência”, argumentou.

Também presente ao evento, o secretário especial da Previdência, Rogério Marinho, disse “não ter dúvidas” de que o relatório da reforma será aprovado na comissão especial do Congresso até o início de junho, o que permitiria a aprovação em plenário ainda no primeiro semestre.

“Não tenho dúvidas de que no fim de maio, princípio de junho, o relatório já esteja sendo votado”, disse ele, frisando que o cronograma é ditado pelo relator da PEC, o deputado Samuel Moreira (PSDB-SP).

Em discurso, Marinho repetiu a defesa de que o texto apresentado pelo governo reduz desigualdades no sistema previdenciário e alertou que a situação econômica pode se complicar ainda mais no segundo semestre caso o processo não avance no Congresso.

ESTADOS

O secretário de Fazenda disse que o governo vem trabalhando em uma série de medidas para ajudar os estados em dificuldade, como a concessão de garantias do Tesouro para aqueles que se comprometerem com medidas de reequilíbrio fiscal.

Ele diz que o processo poderia garantir financiamentos de até R\$ 10 bilhões por ano aos estados.

Além disso, o governo negocia com os governos estaduais a liberação de parte dos recursos do fundo social que é formado por

arrecadação do pré-sal em troca de acordo em disputas relativas à perda de arrecadação que os estados alegam ter com a Lei Kandir.

Rodrigues Júnior adiantou, porém, que a União não poderá repassar aos estados valores elevados dos R\$ 106 bilhões do bônus de assinatura do mega leilão do pré-sal previsto para outubro.

“O bônus vai para a União como receita primária”, afirmou. “A distração fiscal da União não permite ter um repasse de magnitude elevada.”

Veículo: Folha Online	Caderno: Mercado
Data: 10/05/2019	

FOLHAONLINE
www.folha.com.br

Governo revê privatização da Eletrobras e quer arrecadar mais

Valor após venda de ações pode ficar 'alguns bilhões' acima dos R\$ 12,2 bi, diz secretário

Nicola Pamplona
RIO DE JANEIRO

O governo decidiu rever a proposta de privatização da Eletrobras, em processo que pode representar aumento da arrecadação com a venda de ações da estatal, informou nesta quinta (9) o secretário especial da Fazenda, Waldery Rodrigues Júnior.

Segundo ele, a expectativa é que o valor fique “alguns bilhões” superior aos R\$ 12,2 bilhões estimados pelo governo Michel Temer. “Acreditamos que essa previsão está subestimada”, afirmou o secretário, em entrevista após o 31º Fórum Nacional.

Em maio, o Ministério da Economia excluiu da previsão de receitas para 2018 os R\$ 12,2 bilhões com a privatização da estatal. Segundo Rodrigues Júnior, a decisão foi tomada porque não havia garantias de que a operação seria concluída este ano.

“A Eletrobras é um dos ativos mais importantes em que temos trabalhado”, disse o secretário. Ele adiantou que o modelo de venda terá diferenças em relação ao proposto por Temer, que previa a pulverização do capital da companhia por meio de aumento de capital.

Com o dinheiro arrecadado pela venda das ações, a Eletrobras pagaria ao governo bônus para rever o modelo de concessão de suas usinas hidrelétricas, saindo do sistema de cotas, no qual as tarifas são reguladas.



O governo decidiu rever a proposta de privatização da Eletrobras, em processo que pode representar aumento da arrecadação com a venda de ações da estatal. -

Tribuna

Planalto deve anunciar novo bloqueio no Orçamento

On o v o contingenciamento, segundo ele, é resultado da revisão para baixo do desempenho da economia. A estimativa atual dos economistas dos bancos é de que o Produto Interno Bruto (PIB) deste ano cresça 1,49%. Já o Ministério da Economia projetava, em março, um crescimento de 2,2%. É o que mostra reportagem de Daniel Silveira, G1 — Rio.

“A União está com um déficit muito alto este ano, previsto em R\$ 139 bilhões. Contingenciado quase R\$ 30 bilhões e com o contingenciamento a ser anunciado muito provavelmente no dia 22 de maio, a tirar pelas previsões recentes com relação ao PIB”, disse o secretário, durante o 31º Fórum Nacional, realizado no Rio de Janeiro.

No mesmo dia 22 de maio, o governo vai divulgar o segundo Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, uma semana antes da divulgação do PIB do 1º trimestre deste ano.

O Orçamento de 2019 já teve R\$ 29 bilhões em gastos bloqueados. Em março, o governo publicou, em edição extraordinária do “Diário Oficial da União”, o decreto de programação orçamentária com o detalhamento desse congelamento de verbas. Rodrigues apontou que esse contingenciamento foi feito “em função de reestimativas do crescimento do PIB”, mesma razão que, segundo ele, motivará o novo corte orçamentário.

Questionado se já dado como certo um novo corte orçamentário, Rodrigues disse que a análise prévia de receitas e despesas denotam que

a medida será necessária.

“Em função da revisão para a métrica do PIB e em função de termos uma sensibilização muito grande das Receitas em relação ao PIB, e em função das despesas se manterem em patamar alto e praticamente constante, uma queda na receita implica necessariamente em uma revisão implicando em contingenciamento”.

Ao ser perguntado sobre o montante que deve ser contingenciado, se da mesma ordem do anterior, o secretário limitou-se a dizer que “isso só será anunciado no dia 22”.

“Fizemos recentemente por necessidade e transparência um contingenciamento de R\$ 29 bilhões em função dos dados recentes e até mencionados pelo Rogerio Marinho, em função de reestimativas do crescimento do PIB.

Tribuna

Jandira Feghali diz que governo não tem votos para aprovar Previdência

HENRIQUE BRINCO
REPORTER

Na passagem por Salvador, a deputada federal Jandira Feghali (PCDoB) fez duras críticas ao projeto da Reforma da Previdência encaminhado pelo governo do presidente Jair Bolsonaro (PSL). A parlamentar falou como vai ser o trabalho de convencimento para derrotar a matéria. "Lá ninguém tem votos suficientes para vencer. Nem o governo para colocar 308 nem a oposição tem os 206. Nem o governo, nem o centro e nem a oposição. Então, será uma disputa de

convencimento", avalia. "É óbvio que sempre se discute a previdência pública. O problema é que essa reforma de tenta jogar todo o problema da estagnação econômica de trabalhadores que ganham dois salários mínimos", declarou a comunista. "Com essa luta em defesa da Educação, ganha robustez a defesa do que estamos fazendo". Segundo ela, a reforma promete "uma economia de R\$ 1,2 trilhão, onde boa parte cai na aposentadoria dos idosos, pessoas com deficiência, abono salarial dos trabalhadores, sobre os trabalhadores rurais. Então, é uma reforma contra quem não tem mais para onde correr".

"Não é aceitável que uma economia seja feita exatamente sobre quem nada tem, sobre quem economizou durante uma vida inteira", destaca a carioca. Jandira também concordou com a aprovação da mudança do Coaf, que sai do Ministério da Justiça e passa a fazer parte do Ministério da Economia. "Em nenhum lugar do mundo, o acompanhamento da movimentação financeira é no ministério da Justiça. O Ministério da Justiça pode solicitar quando quiser a movimentação financeira e quem está investigando. Isso é assim em qualquer lugar do mundo", avaliou. "Não há nenhuma necessidade de dar super poderes ao



A DEPUTADA federal Jandira Feghali (PCDoB) fez duras críticas ao projeto da Reforma da Previdência encaminhado pelo governo do presidente Jair Bolsonaro

Ministério da Justiça, quando podemos ceder para as investigações qualquer dado. É correto que a Câmara e o Senado devolvam ao Ministério da economia o Coaf". Jandira teceu duras críticas ao juiz Sérgio Moro. "Acho que o que a grande mídia faz no Brasil é distorcer as informações. O ministério Sérgio Moro sempre se comportou como um ativista político. Se ele tivesse sido um juiz

imparcial, ele não seria hoje ministro de um governo que é adversário do ex-presidente Lula (...). A TV Globo transformou o ministro Moro nessa figura. Ele vai fazer o que quiser com o respaldo da grande mídia". A deputada também criticou o Ministério da Educação, que cortou verba de universidades federais sob a justificativa de que "faziam balbúrdia". "Essas mesmas emissoras da grande mídia estão defendendo essa reforma. Agora, quero ver as mesmas emissoras fazerem a defesa do corte da educação. (...) Estão fazendo um corte de quase 52% na UFBA. A universidade vai ficar sem luz", destaca, afirmando ainda que a atitude do governo a respeito do assunto é "um barril de pólvora no país".

elas da grande mídia estão defendendo essa reforma. Agora, quero ver as mesmas emissoras fazerem a defesa do corte da educação. (...) Estão fazendo um corte de quase 52% na UFBA. A universidade vai ficar sem luz", destaca, afirmando ainda que a atitude do governo a respeito do assunto é "um barril de pólvora no país".

Ela também criticou duramente a influência que os três filhos de Bolsonaro têm sobre a sua gestão. "Eles têm crise entre eles, obviamente eles terão crise no Congresso. Nós estamos fazendo o nosso trabalho, não apenas dentro da oposição, mas com outras legendas do parlamento brasileiro", afirmou. "Infelizmente, esse núcleo desastrado comandando por Olavo de Carvalho é desesperador. Espero que a parcela da população brasileira que votou nesse grupo saiba para quem deu esse voto. Lamento que o Brasil esteja representado por esse grupo".

ALICE DISPARA

"A reforma é o texto mais cruel que se tem notícia"



A DEPUTADA federal Alice Portugal realizou, na noite de ontem, o debate "Os impactos da Reforma da Previdência" no auditório do Hotel Sol Barra

A deputada federal Alice Portugal (PCDoB) realizou na noite de ontem o debate "Os impactos da Reforma da Previdência", no auditório do Hotel Sol Barra. Na mesa estiveram presentes a líder da minoria na Câmara Federal, a deputada federal Jandira Feghali (PCDoB-RJ), a supervisora técnica do Dieese-Ba, Ana Giorgina, e Antônio Augusto de Queiroz, diretor do Diap. "Eu, como membro efetivo da Comissão Especial que discute a PEC da Reforma da Previdência, tenho a obrigação de reproduzir os debates que estão acontecendo em Brasília", afirmou. "O meu ponto de vista é de que essa reforma é muito cruel. E o texto mais cruel que tivemos

notícia", avalia, destacando que a matéria é ruim e não trará benefícios para a Bahia. "Estamos diante de um perigo real para os trabalhadores. Se não barrarmos esta reforma, os brasileiros terão que arcar sozinhos com os custos de sua aposentadoria. É preciso união e muita luta para impedir o fim da previdência pública no Brasil e sua transformação em mais um suculeto mecanismo de lucro dos bancos. Debates como esse são importantes para esclarecer a população da ameaça que estamos vivendo", disse Alice, que é membro titular da Comissão Especial que analisa a Reforma da Previdência na Câmara dos Deputados.

A nova da Reforma da Previdência foi apresentada em fevereiro de 2019, com mudanças da PEC 287/16, que tramitava na época de Temer. A comissão especial terá o prazo máximo de até 40 sessões do Plenário para discutir e votar um parecer. O deputado Marcelo Ramos (PR-AM), presidente do Colegiado, já sinalizou que vai trabalhar para aprovar a proposta até o fim de junho. A oposição se mantém na linha de frente para barrar na comissão especial esta reforma perversa aos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil.

ARMAS - Alice Portugal apresentou nesta semana o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 232/2019 a

fim de sustar a flexibilização do porte de armas, prevista no decreto nº 9.785, assinado por Bolsonaro na terça-feira. Com ele, 20 novas categorias e profissões têm porte facilitado – como advogados, caminhoneiros, agentes de trânsito e políticos eleitos.

Para Alice, a decisão de Bolsonaro é uma afronta ao Estatuto do Desarmamento, o que torna tal decreto em um texto flagrantemente ilegal. "Os itens que concedem porte para uma série de novas categorias são ilegais, pois são vedados pelo artigo sexto do estatuto que deixa claro que é proibido porte nacional de armas exceto para categorias específicas ali elencadas".

10/05/2019 - 05:00

A polêmica tributação de lucros e dividendos

Por **Éderson Garin Porto**

O governo federal tem sinalizado que retomará a tributação de lucros e dividendos distribuídos aos sócios e acionistas. O debate sobre o assunto é pautado mais por questões ideológicas e políticas e menos por lógica e coerência.

O primeiro argumento sustentado pelos defensores da medida é que será reestabelecida a justiça fiscal, pois empresários e assalariados passarão a ser tributados igualmente. Para alguns, trabalhadores pagam tributos e os empresários não. Reside aqui uma total incompreensão do regime de

tributação brasileiro.

Quando a isenção foi criada, o então ministro da Fazenda explicou que se buscava "a completa integração entre a pessoa física e a pessoa jurídica, tributando esses rendimentos exclusivamente na empresa e isentando-os quando do recebimento pelos beneficiários". Em outras palavras, ao invés de tributar o rendimento da atividade empreendedora em dois momentos (primeiro na empresa, depois no sócio), simplificou-se o regime e passou-se a tributar apenas na pessoa jurídica.

O Brasil tomou a decisão política de tributar os rendimentos da atividade empresarial num único momento

Não é correto falar em tratamento desigual entre trabalhador assalariado e empresário, pois enquanto o trabalhador assalariado possui as garantias da irredutibilidade dos salários, décimo terceiro, férias, fundo de garantia, repouso semanal remunerado; o empresário possui a expectativa de auferir lucro apenas se for bem-sucedido. Logo, não são situações equivalentes.

Um segundo equívoco cometido pelos detratores do regime atual reside na alegação que o Brasil seria o único país do mundo a não tributar a distribuição de lucros e dividendos. Como dito, o Brasil tomou a decisão política de tributar os rendimentos da atividade empresarial num único momento. Poderia ter adotado o modelo norte-americano que tributa, na imensa maioria dos regimes, apenas a pessoa física, pois adota-se um modelo de "pass-through entity", isto é, a pessoa jurídica é desconsiderada para efeitos de tributação.

Tomando ainda o modelo estadunidense, alguns comentaristas tomam apenas o regime de tributação das "C Corporations", no qual há tributação na pessoa jurídica e também na distribuição aos sócios para bradar que "até mesmo os Estados Unidos tributam a distribuição de lucros". O erro está em tomar a exceção como regra, além de deixar de mencionar que a carga tributária somada (tributação na jurídica e física) não alcança a carga tributária atualmente imposta às pessoas jurídicas brasileiras.

Alega-se ainda que a implementação da tributação dos lucros e dividendos será acompanhada da redução da tributação das pessoas jurídicas. Mesmo que se possa conceder um voto de confiança em tal promessa, novamente comparar países não auxilia no debate. Enquanto a maior parte dos países utiliza apenas um tributo sobre a renda (income tax) e um sobre o consumo (sales tax), o Brasil acumula tributos sobre renda da pessoa jurídica (IRPJ, CSLL, Contribuições previdenciárias etc.) e empilha tributos sobre o consumo (ICMS, IPI, PIS e Cofins).

Ao que parece a proposta do governo apenas dividiria o atual imposto sobre a renda com carga aproximada de 34% para um percentual dividido entre física e jurídica (algo como 14% e 20%), o que no fim do dia é rigorosamente a mesma tributação. No entanto, esquece-se que se estará criando um fator de elevação da complexidade em cumprimento das obrigações tributárias, além de criar um fator de desestímulo para o empreendedorismo. Com efeito, a tributação sempre recairá sobre condutas humanas, comportamentos dos indivíduos e estes, como agentes racionais, poderão escolher realizar ou não determinada conduta a depender do regime de incentivos criado pelo legislador. A simplificação da tributação e a redução da carga tributária sobre o setor produtivo têm a capacidade de incentivar e atrair mais brasileiros para a produção de riqueza, já a oneração e complicação da atividade empresarial só agravará ainda mais o êxodo de brasileiros produtivos e criativos.

Éderson Garin Porto é sócio do escritório Porto, Ustárrroz & Dall'Agnol Advogados, professor do Mestrado Profissional em Direito da Unisinos

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

10/05/2019 - 05:00

Cenário inverte, e país agora lidera piora de clima econômico na AL

Por **Alessandra Saraiva**

O Brasil liderou a piora do clima econômico na América Latina em abril, segundo a Sondagem Econômica da América Latina, parceria da Fundação Getúlio Vargas (FGV) com o instituto alemão IFO. O saldo entre respostas positivas e negativas do Índice de Clima Econômico (ICE) brasileiro foi 21 pontos negativo em abril, ante saldo positivo de 3,6 pontos na pesquisa anterior, referente a janeiro.

Entre janeiro e abril deste ano, houve piora nas expectativas de consumo e de investimento do Brasil, afirmou Lia Valls, pesquisadora da FVG. A especialista detalhou, ainda, que a melhora nas respostas dos analistas no começo do ano relacionadas ao Brasil, foi puxada principalmente por expectativas mais favoráveis.

Entretanto, agora, tanto as expectativas quanto as avaliações sobre momento atual se posicionam em quadro desfavorável no ICE do Brasil. Indicadores macroeconômicos recentemente divulgados mostram um cenário não favorável no país em março e em abril. O mercado, atento a esses resultados, já revisa para baixo expectativas de crescimento - a estimativa para a alta do PIB neste ano passou de 1,70% para 1,49%, segundo o mais recente boletim Focus do Banco Central.

"Tivemos vários episódios negativos este ano", disse Lia, lembrando o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho (MG), em janeiro, que suspendeu unidades de produção de minério, com impacto no resultado geral da indústria.

Ao mesmo tempo, as recentes notícias sobre dificuldade de implementação de reformas, como a da Previdência, elevam a cautela no mercado - e acabam influenciando avaliações negativas.

No entanto, ao ser questionada sobre clima econômico do Brasil se manter em trajetória negativa nos próximos meses, a especialista disse que isso não pode ser afirmado agora. Ela ressaltou o andamento do ICE brasileiro, que saiu de saldo positivo, para saldo negativo, em espaço curto de tempo. Isso mostra a intensa volatilidade atual do indicador.

Ao mesmo tempo, há possibilidade de que a reforma da Previdência seja avaliada até o fim do primeiro semestre, lembrou ela, o que melhoraria humor do mercado em relação ao país, com impacto positivo no ICE brasileiro.

10/05/2019 - 05:00

Equipe estuda liberar FGTS para impulsionar economia

Por **Fabio Graner, Gabriel Vasconcelos e Juliana Schincariol**

O governo analisa propostas de alguma liberação parcial do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) no curto prazo, o que poderia servir como estímulo à atividade econômica sem impacto fiscal. Não há ainda, contudo, de acordo com mais de uma fonte do governo, qualquer definição em torno disso e qualquer garantia de que esse caminho será seguido.

Um interlocutor do governo disse que modelos de liberação parcial no curto prazo de fato estão sendo considerados, mas a área econômica está privilegiando a questão da solidez e liquidez do fundo no longo prazo. Em 2017, a liberação de contas inativas do FGTS injetou R\$ 44 bilhões na economia e foi vista como grande responsável por garantir um crescimento do PIB naquele ano.

Outra fonte destacou que nada foi formalizado em termos de liberação extraordinária dos recursos do FGTS. Mas ressaltou que o recurso é do trabalhador e que o fundo tem tido uma "péssima performance" e ainda transfere R\$ 6 bilhões por ano à Caixa, que é seu gestor.

Em evento no Rio de Janeiro, o secretário especial da Fazenda, Waldery Rodrigues, disse ontem que, além da reforma da Previdência, a equipe econômica trabalha para adiantar medidas que, de um lado, estimulem o consumo por meio da facilitação do acesso dos cidadãos aos fundos públicos, como PIS/Pasep e FGTS e, de outro, o aumento de repasses de recursos da União a Estados e municípios - parte da plataforma do ministro da Economia, Paulo Guedes.

Ele informou que a ideia do governo é permitir e estimular os saques do PIS/Pasep, num horizonte de até quatro meses, liberando saques a qualquer momento futuro para os trabalhadores. "O recurso é do cidadão, detentor por toda a vida. O que vamos fazer é uma campanha para estimular a movimentação desse recurso", disse. Além disso, o governo estuda formas de trazer rentabilidade real, portanto acima da inflação, ao fundo.

No caso do FGTS, o secretário deu uma sinalização de medida mais de longo prazo. "Hoje o FGTS age como um imposto que pressiona o trabalhador em vez de ajudar", disse ele, que prometeu aumentar a rentabilidade do fundo, hoje pouco acima dos 3% ao ano. Segundo Rodrigues, o estoque do FGTS gira em torno de R\$ 500 bilhões e o saque é regido por lei, o que dificulta as mudanças, a serem "estudadas de forma muito cautelosa".

10/05/2019 - 05:00

Nova projeção oficial do PIB deve ampliar contingenciamento

Por Fabio Graner, Gabriel Vasconcelos e Juliana Schincariol

O governo vai mais uma vez reduzir sua projeção de crescimento econômico para 2019, o que deve forçar a equipe econômica a promover novo corte de gastos. Os cálculos ainda estão sendo finalizados, mas o viés em relação aos 2,2% projetados no relatório de março é de baixa.

Nos bastidores da área econômica, o número atual de expansão do PIB está alinhado com o mercado: em torno de 1,5%.

Com menor crescimento do país, as projeções para as receitas são afetadas negativamente. O quadro é complicado para o governo, já que o corte de quase R\$ 30 bilhões do primeiro bimestre já deixou a máquina pública "no osso", com sérias dificuldades de gerenciamento sendo vislumbradas, em especial para o segundo semestre. Alguns setores têm risco de paralisia já a partir de julho, segundo interlocutores do governo. "Algumas despesas que eram vistas como intocáveis provavelmente terão que ser contingenciadas", comentou uma fonte ao **Valor**.

Os cortes do primeiro relatório fizeram um grande estrago nos orçamentos da Educação (em especial das universidades), Defesa e Infraestrutura, entre outros, considerando-se valores nominais.

O secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, confirmou que o governo deve anunciar um bloqueio adicional de gastos no relatório bimestral a ser divulgado no próximo dia 22.

Ele disse que o país está em "situação bastante específica" e requer zelo em várias perspectivas, passando por União, Estados e municípios. "O entes federados estão em dificuldade financeira, inclusive a União. Isso tem impacto sobre a receita, em particular a receita primária, que vai levar a um novo contingenciamento", disse durante participação no XXXI Fórum Nacional, promovido pelo Instituto Nacional de Altos Estudos (Inae), no Rio.

O secretário também defendeu que a situação fiscal do país tem que ser tratada como de fato é, com um déficit esperado para 2020, 2021 e 2022.

Rodrigues disse ainda que a Eletrobras é um dos ativos mais importantes que o governo trabalha hoje para privatizar e voltou a dizer que a receita primária estimada de R\$ 12,2 bilhões com a venda da empresa, que foi retirada do orçamento por causa da incerteza em torno do processo de venda da companhia, é conversadora. "É um valor subestimado, pode ser alguns bilhões a maior, dependendo do apereçamento (pricing) do mercado a partir do modelo a ser divulgado mais a frente. R\$ 12,2 bilhões é um piso vai depender do formato da engenharia financeira a ser desenhado", disse.

Diante do quadro de dificuldades no crescimento econômico, a equipe econômica tem buscado alternativas para tentar dar alguma animada no nível de atividade. Mas a restrição fiscal dificulta a atuação do governo, que avalia também que o mais importante para promover o crescimento é a aprovação da reforma da Previdência, que diminuiria o grau de incerteza de investidores, empresários e consumidores, trazendo de volta o crescimento econômico, com sustentabilidade no longo prazo. A reforma, contudo, ainda está em fase inicial de tramitação, tendo passado apenas pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, com dificuldade acima do usual.



Waldery Rodrigues, secretário especial de Fazenda: país está em "situação bastante específica" e que requer zelo

10/05/2019 - 05:00

Reforma da Previdência zeraria déficit só em 2021

Por **Fabio Graner**

A Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia calcula que, se a reforma da Previdência apresentada pelo governo for aprovada, o déficit primário do setor público será zerado em 2021. Em 2023, de acordo com os técnicos, com a efetivação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) em tramitação, o resultado primário do governo central, estados e municípios seria positivo em 1,1% do Produto Interno Bruto (PIB).

Na ausência de reformas, contudo, o cenário esperado é bem pior e a área técnica aponta que o déficit primário continuaria acima de 1% do PIB até 2022, com queda bastante gradual ao longo do tempo. Na estimativa da SPE, sem a reforma, o resultado primário seria negativo em 1,6% do PIB neste ano, 1,4% do PIB no ano que vem e 1,2% do PIB em 2021. Vale lembrar que o ministro Paulo Guedes prometeu zerar o déficit neste ano.

O estudo do time liderado por Adolfo Sachsida, intitulado "Nova Previdência é justa e favorece os mais pobres", informa que cerca de um terço da dívida ativa, ou R\$ 491,2 milhões, é de dívidas previdenciárias. "A arrecadação da dívida ativa previdenciária, no período de 2010 a 2018, foi de R\$ 37,5 bilhões, dos quais R\$ 5 bilhões em 2018", diz o documento.

A SPE calcula que a Previdência economizará, em valores absolutos a partir da reforma, mais com os trabalhadores do Regime Geral (RGPS) do que com os Servidores do Regime Próprio (RPPS). Isso ocorre porque o total de trabalhadores no RGPS é cerca de 50 vezes maior que o total de servidores no RPPS. "Enquanto cada trabalhador do RGPS pagará, em média, R\$ 87 (3,7% de seu salário mensal médio), o servidor do RPPS pagará R\$ 1.233 (11,5% do seu salário mensal médio)", diz o texto.

A SPE destaca que uma significativa parcela da economia mensal da reforma não será decorrente de aumento na contribuição ou redução no benefício previdenciário, mas sim do aumento no tempo de trabalho, necessário em decorrência da mudança demográfica. O documento aponta ainda que a nova Previdência tem por objetivo a redução da desigualdade entre os beneficiários com maiores salários e os trabalhadores mais pobres.

O material da SPE compila outras análises feitas anteriormente pela área técnica sobre os impactos da reforma proposta pelo governo e faz parte da ofensiva de comunicação do governo para tentar aprovar a PEC no Congresso.

Pelo cenário traçado, além da melhora na trajetória de resultado primário, o governo espera reverter o crescimento da dívida pública. Com a PEC aprovada, em vez de superar os 100% do PIB em 2023, a dívida bruta ficaria em 76,1%, abaixo inclusive do nível verificado no fim do ano passado. Outro efeito que o governo diz que ocorrerá é a redução da taxa de juros. Com a reforma, o cenário é que a Selic (o juro básico do país) chegará a 5,6% ao ano em 2023. Mas, caso haja frustração e o Congresso rejeite o projeto do governo, iria a 18,5% anuais, com um quadro de grave recessão econômica.

O material defende ainda a proposta de mudança no Benefício de Prestação Continuada (BPC), que eleva para 70 anos a idade na qual se recebe um salário mínimo uma das medidas mais polêmicas e com maior chance de cair no Congresso. "Caso a idade do BPC necessária para recepção de um salário mínimo se mantivesse em 65 anos, haveria um incentivo à informalidade para os novos trabalhadores, que não teriam interesse em contribuir para a Previdência", diz a SPE.